

JOVENS NA POLÍTICA NA ATUALIDADE – uma nova cultura de participação

Maria da Glória Gohn*

O artigo aborda a participação de jovens em ações coletivas como protagonistas na esfera pública, pondo em destaque, também, algumas políticas públicas que têm tratado de questões de seu cotidiano, como as reformas na área da educação. Indaga-se sobre lugar dos jovens nessas políticas, a partir das ocupações em escolas públicas no período. A meta final é analisar o impacto da ação desses jovens na sociedade e nas políticas públicas, destacando a cultura política criada (ou ressignificada) e a renovação operada na questão da participação dos jovens a partir do uso das redes midiáticas. A base de dados advém de pesquisa realizada em sites da Internet, em redes de jovens, e dados da mídia impressa em São Paulo, entre 2013 e 2017. Autores do referencial teórico utilizado são Charles Tilly, Doug MacAdam, S. Tarrow, e Klaus Eder. Outros marcos interpretativos foram encontrados em autores de teorias renovadas do socialismo libertário, defensores de teorias autonomistas, culturalistas e da resistência civil.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Ativismo digital. Participação lutas pela educação. Políticas públicas e jovens.

APRESENTAÇÃO

Pesquisas realizadas no início dos anos de 2010 apontaram que 80% dos jovens residentes no Cone Sul viviam no Brasil, que concentrava 50% dos jovens da América Latina. Essa cifra correspondia a 34 milhões de jovens, dentre os quais, 50,5% homens e 52,9% negros. Destacam-se ainda os seguintes dados: 28,2 milhões (83%) moravam na zona urbana e 5,9 milhões (17%) na zona rural; 20 milhões viviam em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo; 1,3 milhões de jovens eram analfabetos, dentre os quais 900 mil negros (Roggero, 2012). Na atualidade esses índices se ampliaram, acrescidos pelo fato de que o número de desempregados é maior entre os jovens. A crise não os afeta apenas do ponto de vista econômico, mas também no âmbito político-cultural. Recessão, corrupção e violência formam um caldo que destrói a confiança e a esperança no futuro. Entre os jovens com escolaridade

alta e que já atuam como profissionais no mercado de trabalho, ao final de 2015, pesquisa da Consultoria Deloitte Brasil (2015) registrou que 48% desses jovens estavam preocupados com a estabilidade nos empregos, deixando de lado a *modus operandi* dessa geração, então denominada como Y, imbuída ou capturada pela lógica da racionalidade neoliberal, que, desde a década de 1990, tinha a mudança, a busca de inovações, e o empreendedorismo como paradigmas de vida. Ou seja, a conjuntura econômica da década de 2010 afeta os jovens de todas as camadas sociais e abriu espaço para que eles olhassem para a política, para os partidos e para o comportamento dos políticos, que passam a ser rejeitados e criticados.

Destacamos, neste artigo, uma das faces do modo de ser do jovem na atualidade: sua participação sociopolítica e cultural em coletivos, movimentos sociais ou órgãos públicos como os Conselhos. O interesse pelos jovens decorre da constatação de sua participação majoritária nas manifestações de protesto que vêm ocorrendo em espaços públicos no Brasil, desde 2013. O artigo objetiva apresentar um estudo sobre o papel dos jovens na cena pública brasi-

* Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Departamento de Educação. Cidade Universitária Zeferino Vaz. Campinas – São Paulo – Brasil. mgohn@uol.com.br

leira a partir de 2013, destacando suas práticas em dois cenários: nas manifestações nas ruas e nas ocupações em escolas públicas da educação básica, como estudantes. A escolha desses cenários decorre da importância e visibilidade das ações juvenis, as quais, partindo de demandas localizadas (mobilidade urbana em junho de 2013 e contra as reformas na educação, em 2015 e 2016). Em 2013, os jovens souberam sensibilizar e mobilizar outras camadas da população, que saíram às ruas para apoiar suas demandas (contra o aumento das tarifas de transporte). Rapidamente, as manifestações ampliaram o repertório de reivindicações para outros pontos e áreas, gerando questionamentos sobre políticas públicas, modos de gestão e políticos vigentes. O artigo apresenta os valores e os princípios que fundamentaram suas práticas, assim como as matrizes discursivas daqueles jovens, representados especialmente pelo Movimento Passe Livre (MPL), com perfil mais “autonomista”. Os desdobramentos das ações de 2013, a partir de 2014, levou ao surgimento de outras correntes político-ideológicas de organização dos jovens, de cunho liberal ou conservador, tais como o Vem Pra Rua (VPR) e o Movimento Brasil Livre (MBL), analisados neste artigo. Nas lutas no campo da educação básica, especialmente das escolas públicas, a partir de 2015, o artigo foca as demandas, práticas e princípios dos estudantes, e suas relações com os jovens participantes de 2013.

Nossa hipótese é a de que há elementos comuns que articulam as práticas dos jovens nos cenários selecionados. Primeiramente, destacam-se os direitos (Dahl, 2001). Quer seja para obtê-los, no caso da mobilidade urbana e da educação, quer seja para alterá-los, ou até suprimi-los (caso do MBL), o que está em pauta são os direitos. Em segundo lugar, os direitos em pauta são direitos modernos, onde se destaca uma cultura política (Eder, 1992) que os inspira e que é construída no processo. Essa cultura alicerça-se em pressupostos advindos de concepções do moderno, e não da modernidade. O moderno, aqui, é visto por meio das

pautas que remetem às ações e modos de ser e estar dos indivíduos na sociedade, tais como as pautas de gênero, raça, religião, autonomia, liberdades civis e públicas etc. Os jovens demandam “igualdade não somente nas condições de vida e oportunidades, mas também, de participação e liberdade” (Scalon, 2013, p.184). As pautas da modernização, advindas dos anos de 1940, a partir da segunda era Vargas, focalizam o desenvolvimento do país, a economia, os índices quantitativos da produção industrial e outras; valorizam a ideia de progresso, visto como a substituição do modo de viver cotidiano segundo tradições, pelo modo de vida focado no consumo.

As fontes de dados deste artigo advêm de veículos da mídia, especialmente a escrita e a *On-line* (Jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo*), sites das redes sociais de movimentos, coletivos e organizações sociais de jovens, além de pesquisas realizadas por institutos de estudos sobre opinião pública, como o Ibope ou laboratórios universitários de acompanhamento da mídia. Todo material selecionado está catalogado em arquivos de dados próprios, organizados desde 2013.

O desenvolvimento deste artigo tem três momentos. Inicialmente, problematiza o que entendemos por jovens na atualidade e o poder das redes e mídias sociais nas suas atuais formas coletivas de ação; em seguida, apresentam-se as performances e valores dos jovens nas manifestações nas ruas de 2013 a 2017 no Brasil. Finaliza-se com a análise da luta dos jovens estudantes no campo da educação básica, formal.

JOVENS E JUVENTUDE – conceitos, estudos e políticas públicas

Partimos de conceitos já desenvolvidos em publicação anterior sobre os jovens e aqui reproduzimos um dos trechos básicos:

O conceito de juventude, associado à condição de ser jovem, aparece na literatura sociológica sob dois eixos articulatórios de questões, problemas e

características. O primeiro é decorrente do pertencimento a uma dada faixa etária (onde também não há consenso), com ênfase em aspectos geracionais de uma determinada fase de vida. O segundo destaca aspectos socioeconômicos e culturais determinados pela situação de classe social. Alguns autores afirmam que se deve falar no plural, juventudes, porque há múltiplas diferenças. Sposito (2003) constrói outras dimensões para a categoria jovem, tais como condição juvenil e situação juvenil. Essas categorias referem-se ao modo como a sociedade constitui e atribui significados à juventude em determinadas estruturas sociais, históricas e culturais, dentro de escalas e hierarquias sociais (Gohn, 2013b, p. 205-206).

Na atualidade, os jovens e a juventude continuam a desafiar teóricos e teorias em suas análises. Autores como Dayrell (2009), Abramo (2005), Scalon (2013), Carrano (1999), Diógenes (2004) e Spósito (2009), entre outros, também têm se dedicado ao estudo dos jovens no Brasil, particularmente no campo da educação formal. Em todos esses autores, quer se destaquem os atributos positivos da juventude, associados à inovação e à criatividade, portadores de mudança social, quer se destaquem os atributos negativos, associados a problemas “da idade” ou as condições de vulnerabilidade socioeconômica (galeras da periferia), há certo modelo ideal de comportamento do “ser jovem”. São raros os estudos a exemplo de (Scalon, 2013) que focam as práticas e os comportamentos dos jovens segundo uma lógica mais societal, de reinvenção da cultura política existente, de criação de relações que apontam perspectivas para a mudança e transformação social, adentrando o campo de novos direitos sociais, políticos e culturais; ou, ao contrário, nas práticas e discursos que negam direitos já conquistados e postulam a volta a contextos que enfraquecem a democracia. Os jovens também já foram analisados sob a ótica dos efeitos da superproteção, ou como os “mauricinhos”, que, em passado remoto, também já foram denominados de “juventude transviada”, imortalizada em filme protagonizado por James Dean.

Os jovens, na atualidade, também po-

dem ser estudados em seus vários papéis sociais: estudantes e produtores de arte em galerias, blogs, redes sociais etc. Essas práticas e comportamentos levam, tanto em 1968 como na atualidade, à temática dos coletivos e dos movimentos sociais. O mundo globalizado vive, hoje, novo ciclo de protestos com contestações políticas (Tilly; Tarrow, 2007), similares aos da década 1960, embora com outros temas, outras formas de mobilização, e distintas conjunturas políticas e econômicas. Mas os impactos e efeitos na sociedade e nos governos só os vemos similares naquela década.

O uso da internet é um dos principais elementos de diferenciação, pois, de um lado, ela tem revolucionado a forma de a sociedade civil se comunicar, e, de outro, a forma de os indivíduos interagirem. Ela propicia o acesso à informação, antes monopólio de grupos e instituições ou acessível apenas a poucos. Mas a seleção, focalização e decodificação dessa informação é feita não apenas pelos indivíduos isolados: há uma pluralidade de atores e agentes disputando a interpretação e o significado dos fatos e dados. É aqui que entram as redes sociais, os coletivos e os movimentos sociais com grande poder de formação da opinião pública. Eles não apenas decodificam, mas também codificam os problemas e conflitos a partir de temáticas em torno das quais se articulam.

O poder das redes vai além da mobilização. Elas impactam no caráter da ação coletiva desenvolvida. A Internet tem alterado a formação, a articulação e a atuação dos movimentos sociais, gerando impactos e resultados diferentes na sociedade e nos próprios movimentos, segundo áreas territoriais, com impacto maior nas regiões urbanas, dadas as dificuldades de acessibilidade nas zonas rurais. Mas apenas a localização geográfica não explica porque muitos movimentos rurais têm as sedes de suas organizações no urbano. Daí entra outro fator – a forma de organização.

Aqui, podem-se observar dois ângulos de abordagem sobre os jovens: de um lado, a partir da sociedade e, de outro lado, a partir do

poder público. Na sociedade civil, destacam-se os movimentos, os coletivos e as organizações consideradas movimentalistas. Os movimentos clássicos, de luta pela terra, por moradia, ou os sindicatos, contam pouco com a participação dos jovens e, usualmente, se organizam de forma tradicional, no rural ou no urbano. Eles têm concepções e estruturas organizacionais mais centralizadas, focalizadas em líderes ou lideranças. Eles também se articulam em redes e usam internet, mas o ambiente virtual é apenas uma ferramenta de apoio e não um vetor ou veículo básico de comunicação e interação. As articulações são mais dirigidas, fechadas, são mais homogêneas, entre pares. Internamente, organizam-se via departamentos ou setores (jovens, mulheres ou temáticas e problemas), mas dentro de uma linha com cultura organizacional homogênea. Agregam-se em identidades fixas, não se reinventam. Suas bases de apoio têm força midiática, mas desempenham um papel mais figurativo em termos das relações internas de poder, no interior do movimento. Desenvolvem formas de solidariedade interna, mas realizam poucas transformações na forma centralizada de operar seus repertórios e de se relacionar com os jovens, com outros movimentos, com a sociedade, ou com governos.

Na atualidade, há outras formas de ação coletiva com participação dos jovens, com o uso intenso da internet, que fogem completamente do padrão que acabamos de descrever. São os coletivos de jovens. Os coletivos, ao contrário de movimentos ou outras formas mais tradicionais, são agrupamentos fluidos, fragmentados, horizontais, e muitos têm a autonomia e a horizontalidade como valores e princípios básicos. Coletivos autodenominam-se como *ativistas* e não militantes de organizações. Vivem experiências e experimentações que podem ser tópicos ou mais permanentes, fragmentadas, ou mais articuladas.

Um coletivo poderá desenvolver práticas contestatórias ou não, dependendo de seu perfil e das estruturas relacionais existen-

tes entre os jovens. Eles contestam e renovam práticas e valores estabelecidos por meio de sua cultura. Na atualidade, os jovens aderem mais aos coletivos do que aos movimentos sociais, por não se identificarem com sua forma nem com seus métodos de ação, os quais repudiam. Os coletivos criam novas dinâmicas da ação coletiva, mas discursiva, estratégica e de confronto de ideias e valores (Snow; Benford, 2000). Há grande influência de ideários anarquistas e libertários entre os coletivos, especialmente no campo da cultura. Um coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articular-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou, ainda, podem negar a forma de movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política. Mas há, também, coletivos que se juntam ou dão apoio a determinados movimentos, que se estruturam de forma mais livre, como o Movimento Passe Livre, analisado neste texto.

A denominação “organizações movimentalistas” constitui uma terminologia que criamos (Gohn, 2017a) para caracterizar grupos de jovens que se aglutinam ao redor de alguns líderes ou formadores de opinião, os quais elaboram um plano de atividades e o executam sob a ótica de uma corporação. Como exemplo, citamos o “Vem Pra Rua”, que teve importância capital na convocação e realização das megamanifestações de rua no Brasil, em 2015 e 2016. Seus fundamentos são de inspiração liberal, e tais organizações buscam influenciar a opinião pública via a defesa de alguns lemas e bandeiras, como o ataque contra a corrupção. Apresentam-se como portadoras da renovação no campo das práticas políticas, contando com apoio de grupos empresariais, e criam ou apoiam entidades voltadas para o que denomina “empoderamento dos jovens” por meio de cursos ou de atividades no campo de Terceiro Setor. Ainda como exemplo, pode-se citar a entidade “Agora”, que tem o apoio do apresentador de televisão Luciano Huck. Essas entidades contam com apoio também no cam-

po espiritual, tais como o de Sri Prem Baba, um brasileiro que se tornou líder humanitário e mestre espiritual em Rishikesh, na Índia, dedicado à meditação e à prática da yoga. Foi o primeiro brasileiro a dirigir um Ashram na Índia. Em 2013, ele fundou o instituto Awaken Love e criou o que denomina como um “movimento global” com o intuito de orientar as relações humanas e a prosperidade (ver: <https://www.sriprembaba.org/en/biography/>).

Para completar a caracterização da atuação pública dos jovens, temos de citar as esferas públicas ligadas ao poder público. Observa-se que, na primeira década deste século, inúmeros programas e projetos de inclusão social foram formulados e implementados por órgãos governamentais, dirigidos a grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Dentre eles, incluem-se o Bolsa Família, as políticas de aumento do salário mínimo e as inúmeras conferências nacionais temáticas em áreas do serviço público que resultaram em novas políticas sociais. Um grande sistema de participação institucionalizado foi instituído com conselhos, câmaras, fóruns, conferências nacionais etc., com representantes do governo e da sociedade civil. Mas alguns pontos básicos estavam presentes de modo insuficiente no foco principal dessas políticas, como os jovens (de qualquer classe social), as camadas médias da população e as formas de participação social *online*, com uso das novas tecnologias, que não eram usuais (com exceção de alguns programas e políticas públicas, como o Orçamento Participativo, em alguns setores e cidades).

Na realidade as autoridades governamentais tiveram (e têm) dificuldade de dialogar com os jovens porque, na primeira década do novo século, optaram pelas formas institucionalizadas de participação civil, dadas por conselhos, câmaras e grandes conferências nacionais em políticas específicas dirigidas a mulheres, juventude, afrodescendentes ou áreas temáticas como alimentação etc. Muitos representantes da sociedade civil organizada que atuam nessas estruturas institucionaliza-

das advêm dos movimentos, a partir da onda de novos movimentos sociais que sacudiu o país ao final dos anos de 1970 e 1980 e parte dos 90. Para eles a cidadania é uma vida política atrelada ao Estado à medida que seria ele o responsável pela construção de práticas institucionalizadas dentro das estruturas estatais ou nos níveis intermediários, o chamado público não estatal. Entretanto a máquina burocrática estatal e muitos gestores públicos, e mesmo os representantes institucionais civis, não acompanharam as mudanças operadas no campo social, especialmente as novas formas de sociabilidade e comunicação geradas pelas redes e mídias sociais. Não se sintonizaram com os jovens ou não perceberam que eles, em sua grande maioria, saíram às ruas em manifestações, como em 2013, mas não têm o estado ou o poder público estatal como meta de participação, porque seus referenciais sobre a cidadania são outros, especialmente os autonomistas, em que a cidadania é civil, cidadã, não institucionalizada. Ela é construída a partir da experiência e não da participação em modelos organizados, pautados pelos órgãos públicos. A cultura política que eles têm e reconstróem cotidianamente advêm de práticas experimentais e não de códigos ou programas oficiais. Estamos de acordo com Falchetti (2017) quando afirma:

... uma hipótese a ser desenvolvida é a de que o autonomismo se vincula a uma reinvenção da ação coletiva, em que os formatos são mais fluídos. Ou seja, importam menos as estruturas fixadas e mais as experiências criadoras, de modo que os movimentos estariam existindo mais na construção coletiva que circula por meio dos atores e práticas, do que nas organizações que formalizam. Portanto, é uma concepção de ação coletiva no sentido mais literal de movimento, como um fluxo de ideias, causas, práticas, experiências e agentes. Esse talvez seja o sentido da emergência cada vez mais comum de ‘coletivos’ em lugar dos ‘movimentos sociais’ estruturados, uma mudança fortalecida e muito evidente desde junho de 2013, especialmente dentro da temática urbana (Falchetti, 2017, p 18).

Com isso, concluímos o primeiro tópi-

co deste artigo, constatando que a grande revolução operada na forma de comunicação entre os indivíduos jovens – com o desenvolvimento e o consumo das novas tecnologias, especialmente a internet e o uso dos aparelhos móveis, geradores de grande potencial de mobilização da sociedade civil – criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas. Por isso, em junho de 2013, quando grupos de jovens atraíram multidões às ruas, por meio da convocação em mídias sociais, o poder público foi um dos grandes ausentes, pois também se surpreendeu com a irrupção dos protestos. Criou-se um clima político em que não havia mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos, ou seja, não havia interlocutores. O diálogo não fluía, pois apenas a polícia se fez presente nos atos de violência contra os manifestantes. Portanto, entender e dialogar com os jovens pode ser uma das variáveis importantes, capaz de explicar por que, raramente, os jovens participam de políticas públicas. Mas há variáveis mais fortes, decorrentes de filosofias e princípios de vida, como veremos a seguir.

JOVENS NAS RUAS A PARTIR DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

O segundo momento deste artigo se inicia com a análise das manifestações de junho de 2013. No Brasil, elas fazem parte de novas formas de associativismo urbano entre jovens escolarizados, com origem predominante em camadas médias, conectados por redes digitais. Pesquisas indicam que a maioria deles é organizada horizontalmente, atuando em coletivos ou novíssimos movimentos sociais. São críticos das formas tradicionais da política, tal como se apresentam na atualidade, especialmente por meio de partidos e sindicatos. Alguns pregam a autonomia em relação àquelas formas e negam a política partidária, mas não o Estado e a Política com P maiúsculo (Alon-

so, 2017; Bucci, 2016; Gohn, 2014; Ortellado, 2013; Singer, 2013; Solano, 2014;).

As manifestações de junho de 2013, organizadas a partir da convocação de grupos de jovens, atribuíram novos significados às lutas sociais. Antes de junho 2013, pesquisas já indicavam o protagonismo dos jovens nas redes sociais. Pesquisa do Datafolha, realizada em junho de 2013, constatou que, nas manifestações em São Paulo, a maioria dos participantes tinha diploma universitário (77%) e menos de 25 anos (53%). Pesquisa nacional realizada pelo IBOPE, no mesmo período, corrobora o perfil acima delineado: a idade predominante estava na faixa de 14 a 24 anos (43%). Entre 14 e 29 anos de idade, a soma sobe para 63% do total (IBOPE, Pesquisa Manifestantes, 20/06/2013), o que configura um novo ciclo no campo das mobilizações da sociedade civil no Brasil. Elas afetaram o campo da política e a correlação das forças político-partidárias foi tensionada. A democracia ampliou-se e abrigou grupos e movimentos com outros repertórios, outras linguagens e *performances* diferentes das usuais nas ruas até então, onde se observava a hegemonia de movimentos clássicos (liderados por sindicatos e movimentos populares de lutas pela terra e por moradia), ou bandeiras dos “novos” movimentos advindos da década de 1980 (com demanda identitárias de gênero, raça, sexo, faixa etária, ou demandas ambientalistas). Novíssimos movimentos sociais ganharam os holofotes da mídia em junho de 2013, com demandas e propostas na área da mobilidade urbana que ultrapassavam o local e remetiam para outras formas de gestão da coisa pública. Grupos de jovens, inspirados por ideais dos autonomistas, entram em cena, na figura do Movimento Passe Livre (MPL).

Falchetti destaca o papel do autonomismo nos movimentos de 2013. Diz ela:

Ideologicamente, o autonomismo se localiza dentro da tradição libertária, abrangendo pensadores e militantes que refletem e aderem à autonomia como princípio-chave de organização e ação política. É possível identificar determinados elementos anar-

quistas e marxistas no ativismo autonomista, por vezes, misturando fontes e referências dos diferentes campos teóricos. Muitos movimentos contêm membros das distintas orientações, como é o caso do próprio MPL. Internamente ele é composto por um pequeno grupo de militantes de um amplo espectro social que congrega punks, feministas, professores, artistas, estudantes, trabalhadores e desempregados, em sua maioria, jovens, usuários do transporte. Há uma rotatividade relativa dentro do movimento, o que envolve uma variação grande no perfil dos manifestantes, de modo que a identidade está mais na partilha dos princípios organizativos e de ação (Falchetti, 2017, p. 12).

Alonso e Mische (2016) também registram mudanças no perfil e no referencial ideológico dos jovens ativistas na atualidade. Dizem:

... o ‘campo de ação autonomista’ incorporou demandas de orientação do ‘campo socialista’, mas rejeitou suas formas de organização, aproximando-se de elementos presentes nos protestos internacionais recentes. Podemos notar que, dentre as características observadas, alguns elementos remetem às formas de organização anarquistas, contrárias à hierarquia, à centralização do poder, à representação e a lideranças, daí o horizontalismo, a independência política e a ação direta, sem lutar pela tomada do poder. Outras características são recentes e estão presentes em outras mobilizações globais: a relação simbiótica com a internet e a mídia social; a capacidade e rapidez das mobilizações; a heterogeneidade dos participantes, a maioria desvinculada de organizações; o caráter artesanal dos cartazes; uma alta participação de jovens; e a tomada das ruas e ocupação dos espaços urbanos (Alonso; Mische, 2016, p. 5).

Os movimentos sociais dos jovens autonomistas da década de 2010 são herdeiros dos movimentos antiglobalização dos anos de 1990-2000. Na realidade, seus antecessores devem ser buscados na década de 1960. Maio de 68, na França, foi uma expressão desses grupos e ideais, assim como a Internacional Situacionista de Guy Debord (1995). No Brasil, dado contexto do regime militar vigente, o que entrou para a história como marcante foi mais a luta política dos estudantes contra a ditadura, mas não se pode esquecer o movimento da contracultura do período, que extrapolou o campo artístico. Também no final dos anos de

1970 e 1980, os autonomistas estiveram atuantes, por exemplo, com a revista *Desvios*, e nos trabalhos de Eder Sader (1988). Na atualidade, eles reúnem minorias que se organizam de forma transnacional, com pautas que contêm certo “espírito global” e podem ser acionadas em qualquer lugar do mundo. Muitos deles se inspiram em ideias libertárias, advindas do *revival* de algumas formas renovadas do anarquismo, no século XXI (Day, 2005).

Grande parte desses grupos nega a estrutura hierárquica dos movimentos tradicionais e os modelos de representação que culminam em líderes capazes de negociar com Estado e de serem capturados pelos interesses do poder institucional.[...] Horizontalidade, autogestão, ausência de lideranças ou de intelectuais orgânicos, autonomia, transversalidade temática, foco na ampliação de liberdades e ampla utilização das redes sociais digitais são algumas das novidades mais evidentes... (Augusto; Rosa; Resende, 2016, p. 21, 26).

Pode-se dizer que junho de 2013 levou a transformações político-culturais no sentido de criar novos valores e pontos de vista nos jovens participantes e na sociedade em geral. Um dos grandes legados foi a legitimação do protesto social nas ruas como forma de busca por mudanças conjunturais. Foram protestos que negaram a política partidária, a forma como ela é praticada no país, embora os participantes não se definissem como apolíticos. Foi plantada e difundida, para a sociedade, especialmente pela mídia, a semente da não política como um valor, e uma nova representação da cultura política formou-se a partir desse valor. Observarmos que, a partir de 2014, portanto em curto prazo, as transformações de 2013 geraram novos enunciados e novos grupos surgiram, introduzindo novidades na *performance* dos protestos, com outros focos e alvos em suas ações, trabalhando o repertório da não política contra a corrupção, focados em determinados políticos e partidos. Grupos conservadores, reacionários e neoliberais, denominados “patriotas” por Alonso (2017), ganharam espaço nas convocações via redes sociais para atos de protestos nas ruas.

Portanto, há profundas diferenças entre os jovens que iniciaram as primeiras convocações para as manifestações em junho de 2013, e outros grupos de jovens que, a partir de 2014, criaram outros tipos de mobilizações e outros repertórios, focados no plano político do governo federal, no processo que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff. Os novos grupos eu os denomino de organizações movimentistas, porque são ativistas basicamente virtuais, que convocam manifestações em determinados momentos em função de interesses de pautas construídas com foco no poder político central do país. Mas temos de nos lembrar de que foram esses grupos que levaram milhões de cidadãos brasileiros às ruas, nas maiores manifestações já registradas na história do país (Gohn, 2017a). Eles cresceram e se multiplicaram. Criaram associações e realizaram encontros e congressos, a exemplo do MBL. Alguns líderes entraram para a política partidária, foram eleitos para cargos públicos e disputam cargos nas eleições de 2018. A maioria desses grupos tem pautas liberais ou conservadoras, critica a atuação do estado na economia e apoiam lutas com repertórios de retirada de direitos, especialmente direitos sociais modernos, que dizem respeito ao corpo, à sexualidade, à religião etc. Tais grupos têm pautas liberais e focam suas críticas na corrupção, na necessidade de mudanças no estado, no governo, apoiando as operações jurídicas em andamento, como a Operação Lava a Jato. Com isso, conquistam a opinião pública por conta do momento político vigente desde 2014.

Na onda de manifestações majoritárias de jovens ocorridas no Brasil entre 2013 e 2017, destacam-se, ainda, as formas aglutinadas em “coletivos”, tais como o “Ocupa Estelita”, no Recife. Dentre aqueles que se identificam com a forma “movimento social”, o Levante Popular da Juventude, atuante em vários estados brasileiros, especialmente no Rio Grande do Sul, é um bom exemplo. Ocupa Estelita e Levante Popular da Juventude têm perfil sociopolítico diferente e até oposto. O primeiro é alinhado com propos-

tas autonomistas, e o segundo segue na trilha dos movimentos político partidarizados. O ano de 2016 notabilizou-se também pelas práticas de “escrachos” – ações-relâmpago realizadas por grupos de jovens autonomistas, em locais de visibilidade ou de residência de políticos.

Após 2013 os coletivos e os movimentos autonomistas continuaram a realizar encontros e a se concentrar-se em repertórios inspirados em utopias, como a mobilidade urbana livre, escolas livres etc. Em 2017, a repressão sobre algumas lideranças dos autonomistas ou processos judiciais fizeram com que recusassem ou concentrassem esforços na luta contra o Projeto Escola Sem Partido. Nessa conjuntura, indaga-se: e o MPL, que lhe ocorreu após junho de 2013? Ele não desapareceu, mas perdeu o protagonismo. Houve divisões internas, dissidências, e o Movimento mudou sua estratégia de ação, voltando-se para a periferia e não mais apenas para as ruas centrais da cidade. O MPL apoiou manifestações contra a Copa em 2014, e realizou atos pontuais em janeiro de 2015, 2016 e 2017. Em janeiro de 2018, voltou a protagonizar vários atos de destaque no centro de São Paulo, contra o novo aumento da tarifa de ônibus. Para nós, os principais legados do MPL são seus elementos estruturantes, a saber: a forma de organização em coletivos horizontais, com ação direta, flexíveis, sem ter as amarras hierárquicas de uma associação formal; o primado da cultura como eixo organizador de suas demandas, lastreada numa utopia, num ideal, o passe livre para todos; uma postura apartidária (não antipartidária ou apolítica); e o caráter educativo não formal que suas práticas geram. Tudo isso são elementos que fundamentam o campo dos “autonomistas”, dentro do novo ciclo de protesto político brasileiro de 2013 a 2017.

Em síntese: um breve olhar sobre os movimentos dos jovens a partir de junho de 2013 leva-nos a observar: há múltiplos processos de subjetivação na construção dos sujeitos em ação – os acontecimentos no calor da hora provocam reações que geram novas frentes da

ação coletiva. A composição dessas frentes é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade e o governo. As emoções dos indivíduos e dos coletivos ganham destaque nos protestos políticos e podem assumir papel ativo da construção do social. Muitos dos que protestaram negaram a política partidária atual. Contudo não basta focar nos indivíduos, nas organizações e nos eventos de protesto, como bem disse Diani (2003). É preciso observar também a multiplicidade de laços entre os diferentes atores, episódios ocorridos na conjuntura sociopolítica e cultural paralelos aos eventos que poderão lhes dar sentido e direção. A pluralidade de indivíduos, grupos e organizações presentes nas manifestações com predominância dos jovens deve ser analisada pelas redes de compartilhamento de crenças e pertencimentos, pelas interações informais e pelas identidades coletivas que vão construindo. Os conflitos político-culturais dos manifestantes, especialmente no caso dos jovens, na atualidade, devem ser lidos com chaves analíticas diferentes das que foram utilizadas para analisar os denominados novos movimentos sociais identitários nas décadas de 1980 a 2000. Esses últimos atuavam inspirados por ideais de emancipação e direitos coletivos básicos. Os atuais também focam direitos, mas organizam-se de forma diferente. Autonomia não é estar de “costas para o estado”, como foram denominadas muitas ações populares na década de 1970-1980, apoiadas pelo setor progressista do clero cristão. Autonomia, na atualidade, para uma grande parcela dos jovens, como os que participam no MPL, é ter autodeterminação, longe de grupos partidários, sindicais ou religiosos.

OS JOVENS ESTUDANTES E AS LUTAS PELA EDUCAÇÃO

No cenário dos protestos dos jovens no Brasil, registra-se, a partir de 2013, a irrupção de um novo ciclo de protestos, em que se des-

taca a área da educação, pela ação de estudantes da escola pública em cidades do Estado de São Paulo, em Curitiba, Goiânia, Rio de Janeiro, Porto Alegre etc. O estudo desses protestos nos leva diretamente ao terceiro e último momento deste artigo, a exemplificação de um ponto central do texto: o impacto da ação desses jovens na sociedade e nas políticas públicas destacando a cultura política criada (ou ressignificada) e a renovação operada na questão da participação dos jovens a partir do uso das redes midiáticas.

Um dado novo entrou em pauta nas lutas por direitos dos jovens, no campo da educação, ao demandarem não apenas o acesso às escolas, ou “mais educação”, como no passado, mas demandarem educação com qualidade, para além dos discursos e retóricas dos planos e promessas de políticos e dirigentes. Na diversidade de demandas focalizadas, observam-se redes temáticas lutando por mudanças sociais no combate às desigualdades sociais e clamando por políticas públicas; educação de jovens e adultos; multiculturalismo e mudanças culturais; juventude e educação; educação no campo; educação popular; movimentos negros; movimentos indígenas; inclusão digital etc.

É importante lembrar que a relação entre movimento social e educação é antiga e ocorre de várias formas: a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais em contato com instituições educacionais; no próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações na sociedade; e no interior dos movimentos, pelas aprendizagens adquiridas pelos participantes e pelos projetos socioeducativos formulados e desenvolvidos pelos próprios movimentos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A novidade deste século é a proliferação de coletivos autônomos, dentro de unidades educacionais, organizados ao redor de múltiplas causas ou atividades operativas. O maior número se encontra nas universidades, e sobre isso há poucas pesquisas ainda.

Afirmamos, acima, que as recentes mo-

bilizações de jovens nas ruas, especialmente a partir de junho de 2013 (Gohn, 2014), e as lutas e movimentos pela educação, ocorridos no âmbito das escolas de ensino médio, na rede pública de ensino básico e do ensino técnico, juntas, configuram um novo ciclo político de protestos no Brasil. No campo da educação formal, a novidade que o novo ciclo apresenta é o setor da área educacional onde se localiza: mobilizações e ocupações de “secundaristas” (termo ainda utilizado, originário do passado, dos antigos ginásios que sucediam às escolas primárias, mas que envolviam também os cursos que davam sequência ao ginásio, que eram o clássico, o científico, o normal e o comercial ou técnico). A principal entidade dessa categoria de estudantes ainda utiliza o termo secundarista: a UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Certamente não é a primeira vez, na história política brasileira, que os secundaristas demarcam lugares na cena pública, a exemplo das décadas de 1950 e de 1960. A configuração organizacional trouxe algumas inovações na atual forma do protesto dos estudantes, com ocupações das escolas e manifestações nas ruas com performances tópicas e específicas (por exemplo, o “*seat down*”: sentarem-se em cadeiras e carteiras escolares em cruzamentos de avenidas de grande trânsito e visibilidade). Observa-se uma ampliação do repertório de demandas dos jovens secundaristas em relação aos jovens nas ruas em junho de 2013, os quais priorizavam a mobilidade urbana. Charles Tilly (1986) descreve as mudanças no repertório da ação social da seguinte forma:

Toda população tem um repertório limitado de ações coletivas: formas distintas de agir coletivamente em relação a interesses partilhados. No nosso tempo, por exemplo, a maior parte das pessoas sabe como participar de uma campanha eleitoral, como integrar-se a um grupo de interesses, organizar um abaixo-assinado, fazer uma greve ou uma reunião ou montar uma rede de influências. Essas variedades da ação constituem um repertório [...] as pessoas conhecem as regras gerais da ação relativamente bem e variam suas formas de acordo com o objetivo almejado (Tilly, 1986, apud Avritzer, p. 10).

Em 2016 e 2017, houve movimentos de estudantes contra as reformas no ensino médio, contra as ETECs (Escolas de Ensino Técnico) paulistas, contra o projeto “Escola Sem Partido”, contra retirada de conteúdos sobre a questão de gênero no currículo escolar, contra PEC 241 (PEC 55 Senado) etc. (vide Campos, Medeiros e Ribeiro, 2016; Cattani, 2017;). No novo ciclo de mobilizações pela educação, tanto no caso das ocupações de escolas públicas em 2015, como no caso das ETECs em 2016, uma característica de junho de 2013 se repete: a falta de mediadores e a ausência de lideranças, ainda que haja uma organização e uma divisão interna de tarefas, em que apenas alguns estudantes têm a atribuição de se comunicar com a imprensa, dar entrevistas etc. O elemento comum é o fato de ser um movimento autonomista, tema já tratado no segundo momento deste artigo. Os movimentos autonomistas devem ser incluídos entre os novíssimos movimentos, pela forma de agir, pelas inovações que trazem e pelo uso intensivo das redes sociais para toda organização, embora os princípios ideológicos sejam antigos. Registre-se também que os estudantes tiveram como fonte de inspiração o movimento pela educação ocorrido anos atrás no Chile, tanto na chamada “Revolta dos Pinguins”, da década de 2000, assim como nas ocupações que vêm ocorrendo na década de 2010, no Chile e na Argentina. Cartilhas e matérias sobre como fazer e como organizar uma ocupação foram os meios para difundir aqueles ideais. Certamente que se devem considerar as diferenças de contexto, entre Brasil e Chile.

A seguir, para exemplificar, destacam-se as ocupações de escolas públicas, ocorridas em 2015 e 2016 em várias partes do país, especialmente no Estado de São Paulo, contra a reforma do ensino médio e contra a PEC 55.

LUTAS PELA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO – 2015-2016

O repertório das demandas, no caso de São Paulo em 2015, focou em um item: contra

o plano de reorganização das escolas estaduais paulistas, que levaria, entre outras consequências, ao fechamento de inúmeras unidades. Na ocasião, a situação de tensão social criada pelos estudantes, com a paralisação ou ocupação de quase 200 escolas, levou o governo do Estado de São Paulo a recuar. A resistência contra a reforma do ensino paulista gerou o “Movimento não fechem minha escola”.

Pode-se datar o início dos conflitos em outubro de 2015, quando o então Secretário Estadual da Educação anunciou um projeto que abrangia:

162 municípios, 1.464 escolas das 5.147 unidades existentes, passariam pelo processo [da reforma], somadas a 1.443 unidades que já mantinham segmento único, 2.197 passariam a atender a alunos exclusivamente de um ciclo de ensino. Delas, 832 destinadas aos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 566 para os anos finais do Fundamental (6º ao 9º ano) e 799 para o Ensino Médio. Com isso, seria necessária a transferência de 311.000 estudantes. Estimava-se que 74 mil professores sofreriam algum tipo de mudança. [...] 94 prédios ficariam ociosos por conta da transferência automática dos estudantes. De forma que 94 escolas seriam fechadas. No entanto, declarou que 66 destas construções serão utilizadas para outras atividades da pasta (Silva, 2016 p. 110 e 120).

O projeto de reestruturação sofreu forte resistência dos estudantes secundaristas, que promoveram um grande movimento de ocupação em mais de 200 escolas durante cerca de 60 dias. Segundo Paes e Pipano:

A primeira escola a reagir ao “plano desorganizador”, como foi chamado pelos estudantes, foi a Escola Estadual Diadema, no ABC paulista, no dia 9 de novembro, cerca de um mês e meio após as primeiras declarações da Secretaria. No dia seguinte, a Escola Fernão Dias, em Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo, foi tomada pelos estudantes tornando-se uma espécie de “escola-modelo”. Nos próximos dias, as ocupações passariam a se capilarizar de maneira não ordenada, e extremamente rápida, por todo o estado. Norteados pela palavra de ordem “Não fechem nossa escola!”, os estudantes ocuparam as unidades de ensino trancando portões, vigiando janelas e acessos, encastelando-se nas unidades e fazendo

uma defesa radical pela sobrevivência do espaço escolar, agora em disputa (Paes; Pipano, 2017, p. 11).

A resistência dos estudantes, no entanto, transbordou a contestação ao plano de reorganização e colocou em evidência outros temas relacionados às escolas públicas no Estado. A pauta estudantil foi sendo ampliada no processo, com denúncias referentes à falta de relações democráticas na escola, à precariedade das escolas e à falta de professores. Aulas livres e debates nas escolas ocupadas, durante o período da ocupação, inseriram temas como: relações de gênero, racismo e homofobia, entre outros. O movimento fez emergir questões e temas não abarcados pelo modelo gerencial proposto pela secretaria.

Desvinculados de partidos políticos, sindicatos ou mesmo de associações estudantis historicamente constituídas, como a UNE, as ‘escolas em luta’ ganharam a adesão e o apoio dos pais, de uma grande maioria de professores e diretores, assim como de várias camadas da sociedade civil. Em poucas semanas, um mapa disponibilizado no Google, alimentado voluntariamente em tempo real, sem ‘donos’ ou chancelas, descrevia a situação das escolas ocupadas, com listas de itens de alimentação, limpeza e higiene, além de pedidos de solidariedade e apoio. Um formulário na web circulava entre advogados e professores que poderiam prestar seus serviços, sem honorários, auxiliando os estudantes com os processos jurídicos e ministrando aulas para garantir a manutenção do cotidiano de ensino. Imagens transbordavam das páginas do Facebook a partir de vídeos caseiros produzidos através de seus tablets e smartphones, precariamente editados ou imediatamente divulgados pelo Youtube como estratégias de proteção e combate. Páginas como ‘O Mal-Educado’, ‘Território Livre’ e ‘Não fechem minha escola’ tratavam de noticiar o que a mídia hegemônica insistia em ignorar, embora a pregnância do evento já guiasse a agenda setting de todo o país (Paes; Pipano, 2017, p.11-12).

Durante o período das ocupações, inúmeras vezes houve confronto ou cerceamento da polícia aos estudantes, incluindo prisões. O impacto dos atos e manifestações dos estudantes na mídia, na sociedade (comunidade de pais, associações educacionais e movimentos

sociais da área da educação tais como Cenpec, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Todos Pela Educação, MTST etc.) e no governo estadual foi grande. O Ministério Público Estadual posicionou-se no sentido de recomendar ao governo o encerramento da reorganização, por entender que ela visava à economia de recursos e não à melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Os embates tiveram também momentos de tensão, quando pontos e contrapontos se chocaram frente a ordens jurídicas. Assim, um oficial de justiça se pronunciou durante a desocupação de uma escola:

“É uma decisão do juiz que tem que ser cumprida. Decisão de juiz a gente não contesta. O juiz manda em todos nós”. [...] “Nós estamos querendo resolver a situação de uma forma pacífica. A manifestação de vocês é assegurada constitucionalmente, só que o juiz diz assim: nos termos da constituição, o direito de ir e vir é legítimo. O direito meu termina onde começa o direito seu”. [...]. Enquanto a oficial de justiça tentava explicitar a situação informando que eles deveriam deixar a escola, desocupando-a imediatamente, em conformidade com o que prega a lei, os estudantes respondem com palavras de ordem – “Onde estão os nossos direitos?” Curioso aqui pensar que os estudantes, ao reivindicarem a presença do conselho tutelar ou mesmo de seus direitos enquanto menores, restituem o Estado e suas formas de “assujeitamento” (Paes; Pipano, 2017, p. 19-20).

A situação de tensão social criada pelos estudantes com a paralisação e ocupação de quase 200 escolas levou o governo do Estado de São Paulo a recuar. Em 04/12/2015, por meio do Decreto 61.692, revogou-se o Decreto 61.672, e o Governador Geraldo Alckmin anunciou que o processo de reorganização das escolas para 2016 estava adiado. A reforma foi, portanto, suspensa, e o decreto que transferia funcionários foi revogado em 05/12/2015. O secretário estadual da educação foi trocado E, por fim, em 08/12/2015, a Resolução SE 56 revogou a Resolução SE54/2015 da Secretaria Estadual de Educação do ESP (Silva, 2016).

Segundo Piolli, o Plano de Reorganização foi adiado em razão da resistência estudantil e da intervenção do Ministério Público e da

Defensoria Pública do Estado (Piolli; Pereira; Mesko, 2016, p 24).

A resistência contra a reforma do ensino paulista gerou outro movimento social em 2016, o “Movimento não fechem minha escola”, que se notabilizou também pelas práticas de “Escrachos” em locais de visibilidade ou perto da residência de políticos.

Um grande campo de pesquisa está se abrindo a partir das lutas pela educação dos secundaristas no Brasil e em outros países. Trata-se da análise do papel das correntes anarquistas e autonomistas junto aos jovens estudantes e a revalorização da participação social fora de instituições estatais ou estruturas formais.

Além dos fundamentos teóricos e ideológicos inspiradores dos secundaristas, será importante também realizar, em futuro breve, uma agenda de estudos comparativos, tanto no próprio país, como com países da América Latina, especialmente Chile e Argentina. É importante registrar que as cartilhas do movimento secundarista chileno serviram de modelo e inspiração aos secundaristas brasileiros (traduzida para o português por um membro do coletivo ‘Mal-Educado’, grupo de apoio ao MPL). Há uma grande diferença, entretanto, nos processos históricos. Lá, no Chile, as ocupações de escolas foram anteriores à crise política e econômica; no Brasil, foi concomitante.

Vale ver o registro de algumas avaliações sobre o movimento dos estudantes no Chile, em estudos recentes, lembrando que eles foram anteriores e inspiraram muitos dos estudantes brasileiros:

... el movimiento estudiantil ha emergido como el actor central de un conjunto de movimientos populares que demandan cambios sustantivos a un régimen político y económico heredado de la dictadura. La irrupción de la protesta estudiantil ha tenido importante repercusión internacional, no obstante su incidencia en materia de transformaciones sociopolíticas profundas es todavía limitada (Von Bülow; Bidegain, 2015).

Ainda no campo da educação, não podemos nos esquecer dos protestos e atos de re-

sistência contra o Projeto Escola Sem Partido, que conta com o apoio do Movimento Brasil Livre (MBL). Pagni, Carvalho e Gallo (2016) apresentam excelente análise dos alvos e questionamentos do Projeto ao afirmar:

... o programa Escola Sem Partido ignora um dos princípios primordiais da educação liberal ainda em vigor, que não pode ser acusado de “esquerda”. Filósofos liberais como John Dewey e Hannah Arendt viram a educação escolar como um lugar não somente de transmissão da cultura para as crianças e jovens, de ingresso às tradições e ao mundo, com toda pluralidade que o caracteriza, como também de renovação cultural e dos sentidos da comunidade em que vivem com vistas a promover o crescimento e o confronto com as gerações mais velhas [...] Mais importante de que o valor dado ao conhecimento científico e à tecnologia por ambas as concepções em foco, o que concorre efetivamente para a formação dos atores dessa instituição é o aprendizado do pensar reflexivo (Dewey) e a capacidade de julgar (Arendt). Elas se aproximam, assim, de uma noção de crítica inauguradora da modernidade, desde Immanuel Kant, que não se restringe à transmissão do saber e à circulação da informação das escolas atuais, mas compreende atitudes capazes de se problematizar a tradição e de criar outras formas de existência. São essas atitudes, denominadas de crítica, responsáveis por emancipar os homens, por liberá-los das formas de governo instituídas e de criarem outras capazes de promover o progresso da sociedade, ou, de não querer ser governado dessa forma – para usar uma expressão Michel Foucault – que parece ser o principal alvo dos questionamentos da Escola Sem Partido (Pagni; Carvalho; Gallo, 2016, p.1-2).

CONCLUSÕES: desafios para entender os jovens neste novo milênio

Este artigo apresentou um cenário novo de atuação dos jovens no Brasil, via análise de manifestações de protestos nas ruas e protestos na área da educação. Observamos que as ações coletivas são múltiplas e diversificadas, partindo de grupos de jovens pertencentes a diferentes camadas sociais com ideologias e princípios filosóficos também diversificados, quando não

opostos. Vários grupos são coletivos que se organizam de forma transnacional, com pautas que se repetem em vários outros países e que podem ser acionadas em qualquer lugar do mundo. Muitos deles se inspiram em ideias libertárias, advindas do *revival* de algumas formas do anarquismo, no século XX, revistas no século XXI (Day, 2005). Junto com a ascensão ou o retorno das pautas libertárias dos autonomistas, temos também o surgimento de organizações movimentistas de jovens de perfil liberal ou conservador. Todos esses grupos protagonizaram a organização dos protestos nas ruas brasileiras entre 2013 e 2018, com repertórios de pautas, demandas e práticas diferenciadas. Diferenciadas também são “as culturas políticas” que ou ajudam a construir ou alicerçam, no sentido dado por Klaus Eder (1992), a coexistência de culturas políticas num mesmo tempo histórico, com visões e valores diferentes.

Observamos que as lutas e movimentos pela educação são antigos, mas, às vezes, mostram-se invisíveis perante a sociedade mais geral e só recentemente ganharam visibilidade na mídia. Todos os movimentos sociais sempre têm um caráter educativo. Usualmente, os sindicatos dos professores e o movimento dos estudantes são os protagonistas que entram em cena com maior frequência. Mas lutas e demandas pela educação não se resumem ao território das escolas, seus estudantes e profissionais. Lutas pela educação dizem respeito a toda sociedade, e ao poder público, certamente.

A educação, de um modo geral, e a escola, de forma específica, têm sido lembradas como possibilidades de espaço civilizatório numa era de violência, medo e descrença. A escola pode ser polo de formação de cidadãos ativos a partir de interações compartilhadas entre a escola e a comunidade civil organizada. As lutas pela educação podem ser o alicerce dessa nova história. A premissa fundamental que defendemos, há alguns anos, é que a participação da sociedade civil nas lutas pela educação não é para substituir o Estado, mas para que ele cumpra seu dever: propiciar educação de e com

QUALIDADE para todos. E essa é a pauta dos jovens na atualidade: educação com qualidade.

Os atuais movimentos na área da educação devem ser analisados sob a ótica das mudanças operadas no conjunto de outros movimentos sociais contemporâneos, pois eles são diferentes dos movimentos operários, assim como diferem dos movimentos populares dos anos 80 e 90 do século passado, que lutaram por condições de vida, especialmente no meio urbano. Lutavam pela emancipação, inspirados por teorias emancipatórias que tinham como meta o acesso aos direitos para todos, dentro de uma sociedade que crescia e se modernizava, onde o progresso material era, muitas vezes, confundido com progresso social.

A onda dos “novos movimentos sociais”, iniciada no século passado –organizada em torno de questões de gênero, etnia, faixa etária, ou questões ambientais, etc. –, ampliou-se e, hoje, essas questões também adentraram as escolas com as temáticas de gênero, etnia, nacionalidade, religiões, portadores de necessidades especiais, meio ambiente, qualidade de vida, segurança pública, paz, direitos humanos, direitos culturais, etc. Mas essa ampliação se deu sob a inspiração de outros paradigmas: a do moderno, da emancipação do indivíduo e não mais do grupo. Autonomia para autodefinir a que grupo sexual pertence, por exemplo. E esse tipo de repertório leva não apenas a demandas por novas políticas públicas. Leva também a lutas e tensões entre os grupos e movimentos organizados da sociedade, portadores de referências político-ideológicas distintas. Não podemos nos esquecer: os movimentos sociais, em si, são fontes e agências de produção de saberes.

Olhando para o futuro, detectamos a importância de ampliar os estudos sobre as redes de mídias sociais e a cultura digital para entender a cultura política e a nova cidadania dos jovens, assim como as possibilidades de uma democracia digital – aquela que tenta dialogar com a geração digital e que poderá combinar outras formas de democracia, especialmente

a representativa, com a democracia direta via *on-line*. É preciso atentar para o futuro da democracia e os novos tipos de cultura política que estão sendo construídos, e para suas possibilidades de desenvolvimento, incluindo as novas formas de participação dos jovens e seus novíssimos movimentos ou coletivos, num cenário de queda da representação partidária. A recuperação de instituições públicas desgastadas é algo necessário, mas seu caráter mais ou menos democrático está em aberto e poderá ser o fortalecimento da democracia, como também a perda de direitos e o enfraquecimento da democracia, com órgãos não democráticos para o controle e regulação dos cidadãos. Por isso, destacamos que os movimentos e coletivos de jovens, na atualidade, não são homogêneos: alguns adotam práticas democráticas e tentam pautar novos direitos sociais (passe livre, por exemplo); outros tensionam e enfraquecem a democracia, ao questionar direitos, como projetos do tipo “Escola sem Partido” e outros.

Para concluir, uma citação recente de Boltanski, com a qual concordamos e creio ser um estímulo para continuar a seguir a trilha dos jovens. Diz ele:

Eu penso que nós devemos seguir o processo da construção social, as maneiras com que as próprias pessoas constroem o mundo. Inicialmente, cada experiência é particular, não há nada além de singularidades no mundo. As pessoas vão então compartilhar essas experiências, torná-las equivalentes, dar-lhes uma linguagem, transformá-las em demandas e tentar construir propostas e reivindicações, bem como modificações da realidade e dos formatos em que a realidade se baseia. É muito interessante seguir o mais rigorosamente possível as operações de qualificação e crítica, bem como a forma como os vários elementos da realidade são construídos e desconstruídos (Boltanski, 2017, p. 10).

Recebido para publicação em 11 de abril de 2017
Aceito em 01 de fevereiro de 2018

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.) *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ALONSO, Angela. A política das ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. especial: Dinâmicas da crise, p. 49-58, jun. 2017.
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. Changing repertoires and partisan ambivalence in the new Brazilian Protests. *Bulletin of Latin American Research*, [sl.], p. 1-11, 16 Mar. 2016.
- AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, SP, v.21, n. 40, p.21-37, jan./jun. 2016.
- AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização: uma crítica às teorias da transição para a democracia. *Portal da ANPOCS*.
- BUCCI, E. *A forma bruta dos protestos: das manifestações de junho de 2013 à queda de Dilma Rousseff em 2016*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- BOLTANSKI, Luc. Questionando a realidade. [Uma entrevista]. *Revista Diálogo Global*, [s.l.], v. 7, n.1, p.10, mar. 2017. Disponível em: <http://isa-global-dialogue.net/wp-content/uploads/2017/03/v7i1-portuguese.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- BRINGEL, Breno. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. *Eccos Revista Científica*, São Paulo, v. 11, p. 97-121, 2009.
- CAMPOS, Antônia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Angra de tantos reis: práticas educativas e jovens na cidade*. 1999. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.
- DAHL, Robert A. *Sobre a democracia*. Brasília: Ed. UNB, 2001.
- DAY, Richard J. F. *Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements*. Londres: Pluto Press, 2005
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, Juarez (Org). *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG. 1996. p.136- 161.
- _____. A escola faz a juventude? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educ. Soc.* Campinas, v.28, p. 1105-1128, 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso: 20 dez. 2009.
- DAYRELL, Juarez. et al. Juventude e escola. In: SPOSITO, Marília Pontes. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1995.
- DELANEY, Kevin. *The New York Times. Folha de São Paulo*, p. 1, 13 Feb. 2012.
- DIANI, Mario; McADAM, Doug (Eds.) *Social movements and networks: relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- DIÓGENES, Glória. Imagem e cidade: trilhas juvenis. In: GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. (Org.) *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- EDER, Klaus. "Culture and Politics" In: Honneth, A et al., *Cultural political interventions in the unfinished project of enlightenment*. Cambridge, MIT Press. 1992.
- FALCHETTI, Cristhiane. Da institucionalização da participação à emergência do autonomismo: tendências recentes da ação coletiva no Brasil. In: CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, Lima, Peru: LASA, 2017.
- GAUTHIER, Madeleine; GUILHAUME, Jean-Francois. *Définition de la jeunesse ? D'un bout à l'autre du monde*. Canadá: IQCR, 1999
- GOHN, Maria da Glória. *Sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Cortez, 2013a.
- GOHN, Maria da Glória. Os Jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. *Revista Brasileira de Sociologia*, São Paulo, v.1, p.205-218, 2013b.
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014
- GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil. correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2017a
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 12. ed. São Paulo: Loyola Edições, 2017b.
- LECCARDI, Carmen. Por um novo significado do futuro: mudança social, jovens e tempo. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 35-57, 2005.
- McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILL Y, Charles. *Dynamics of contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- NOGUEIRA, M. A. *Um estado para a sociedade*. São Paulo: Cortez, 2005.
- PAIS, Jose Machado. *Jovens e cidadania. sociologia, problemas e práticas*, n. 49, 2005, p. 53-70.
- ORTELLADO, P. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDENSNAIDER, Elena. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- PAES, Bruno Teixeira e PIPANO, Isaac. *Escolas de luta: cenas da política e educação Educação Temática Digital* Campinas, São Paulo, v.19 n.1 p. 3-25, jan./mar. 2017.
- PAGNI, Pedro Angelo F; CARVALHO, Alexandre Filordi de; GALLO, Sílvio. *O programa escola sem partido e a destruição de uma das virtudes modernas da escola*. [internet]. Rio de Janeiro: Anpad, 2016.
- PEREIRA, Cláudia; ROCHA, Everardo; PEREIRA, Miguel. Tempos de juventude: ontem e hoje, as representações do jovem na publicidade e no cinema. *ALCEU*, [s.l.], v. 10, n. 19, p. 5-15, jul. /dez. 2009.
- PIOLLI, Evaldo; PEREIRA, Luciano; MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Crítica Educativa*, Sorocaba/SP, v. 2, n. 1, p. 21-35, jan./jun. 2016.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed.34, 2012.
- ROCHA, Rose de Melo. Cenários e práticas comunicacionais emergentes na América Latina: reflexões sobre culturas juvenis, mídia e consumo. *Rumores Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias*, São Paulo, n. 2. jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www3.usp.br/rumores/atual.asp>. Acesso: 17 abr. 2010.
- ROGGERO, Rose. 2013. *Políticas sociais para a juventude*. São Paulo: Uninove, 2012.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SCALON, Celi. Juventude, igualdade e protestos. *Revista*

- Brasileira de Sociologia*, Aracajú, v. 1, n. 2, p.79-204, jul./dez. 2013.
- SILVA, Andreia de Oliveira. "A participação de estudantes do ensino médio de escolas públicas da região de caieiras/SP em movimentos sociais". fev. de 2016. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.
- SINGER, André. "Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Framing Processes and social movements: an overview and assessment. *Ann rev. sociol.*, Palo Alto, v. 26, p. 611-639, 2000.
- SOLANO, Esther; MANSO, Bruno. Paes; NOVAES, Willian. *M@scAr@d@s: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Blocs*. São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- SOUSA, M. Ricardo de. *Os caminhos da anarquia, uma reflexão sobre as alternativas libertárias em tempos sombrios*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011.
- SPÓSITO, Marília. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, Universidade de São Paulo, USP, n.5, v 1-2, p.161-178, 1994.
- _____(Org.) *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006)*. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.
- TILLY, Charles. *The Contentious French*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- TILLY, Charles; TARROW Sidney. *Contentious politics*. Boulder/USA: ParadigmPublis, 2007.
- TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma. Para compreender o mundo hoje*. Petrópolis, Vozes, 2006.
- VON BÜLOW, Marisa; BIDEGAIN, Germán. "It takes two to tango: students, political parties, and protest in Chile (2005-2013)", em: Paul Almeida e Allen Cordero Ulate, *handbook of social movements across Latin America*, New York: Springer, 2015, p. 179-194.

**YOUTH IN CURRENT POLITICS – A NEW
CULTURE OF PARTICIPATION**

Maria da Glória Gohn

This article covers the participation of young people in collective actions as protagonists in the public sphere, highlighting some public policies that have dealt with issues of their daily lives, such as the reforms in education. The place of youths in these policies is questioned, in light of the occupation of public schools in the period. The ultimate goal is to analyze the impact of the action of these young people in the society and in public policies, emphasizing the political culture created (or redefined) and operated on the issue of youth participation through the use of media networks. The database is originated from research conducted on Internet websites, youth networks, and print media data in São Paulo between 2013 and 2017. The authors of the theoretical reference used are Charles Tilly, Doug MacAdam, S. Tarrow, and Klaus Eder. Other interpretive milestones were found of authors of renewed theories of libertarian socialism, advocates of autonomist, culturalist, and civil resistance theories.

KEYWORDS: Youths. Digital activism. Participation in fights for education. Public policy and youths.

**LES JEUNES DANS LA POLITIQUE
D'AUJOURD'HUI – UNE NOUVELLE CULTURE
DE PARTICIPATION**

Maria da Glória Gohn

L'article aborde la participation des jeunes à des actions collectives en tant que protagonistes dans la sphère publique et met aussi en évidence quelques politiques publiques qui ont traité des questions de leur vie quotidienne, telles que les réformes dans le domaine de l'éducation. On s'enquiert de la place des jeunes dans ces politiques, en prenant en considération les occupations dans les écoles publiques au cours de cette période. L'objectif final est d'analyser l'impact de l'action de ces jeunes dans la société et au sein des politiques publiques, en soulignant la culture politique créée (ou re-signifiée) et le renouvellement qui a eu lieu au niveau de la participation des jeunes par l'utilisation des réseaux de médias. La base des données provient de recherches menées sur des sites Internet, des réseaux de jeunes et des données issues de la presse à Sao Paulo entre 2013 et 2017. Les auteurs références du cadre théorique utilisé sont Charles Tilly, Doug MacAdam, S. Tarrow et Klaus. Eder. D'autres jalons interprétatifs ont été trouvés chez des auteurs de nouvelles théories du socialisme libertaire, défenseurs des théories autonomistes, culturalistes et de la résistance civile.

MOTS-CLÉS: Les jeunes. Activisme numérique. Participation. Lutttes pour l'éducation. Les Politiques publiques et les jeunes.

Maria da Glória Gohn – Doutora em Ciência Política. Pós Doc em Sociologia na New School University/N. York. Professora do Titular do Departamento de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Profa. Visitante Senior da UFABC. Integra o *Núcleo de Pesquisa GEMDEC/FE/UNICAMP*, desenvolvendo pesquisas na área de Sociologia. Bolsista PQ CNPq nível 1A. Publicações recentes:

Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Ed Cortez, 2017, 125 págs.; *Movimientos sociales en América Latina: Marcos Teórico-Metodológicos* in Leopoldo Múnera (Universidad Nacional de Colombia), Casimiro Balsa (Universidad Nova de Lisboa) y Guy Baijoit (Universidad Católica de Lovain) (Orgs). *Saberes Múltiples y Ciencias Sociales y Políticas*. Universidad Nacional de Colombia. Bogotá. 2018; *Processo de formação do empreendedor social: um estudo a partir de narrativas de história de vida*. Revista Ensaio. Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Rio de Janeiro. Ed Fundação Cesgranrio. v. 27 n. 99, 2018; *Gestão pública e os conselhos: revisitando a participação na esfera institucional*. Dossiê: Políticas Sociais na América Latina. Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas – CEPPAC. Universidade de Brasília - UnB. 2017. v. 10, n. 3, p 15-28.